



**QUANDO A REPETIÇÃO FABRICA O REAL E A “VERDADE” JÁ NASCE GOVERNADA**

**CUANDO LA REPETICIÓN FABRICA LO REAL Y LA “VERDAD” NACE YA GOVERNADA**

**WHEN REPETITION FABRICATES THE REAL AND “TRUTH” IS BORN ALREADY GOVERNED**

**Ecléa Pérsigo Morais<sup>1</sup>  
Atila Barros da Silva<sup>2</sup>**

**DOI: 10.66029/TLKR9236**

**RESUMO:** O presente ensaio realiza uma análise crítica e teórico-reflexiva do aforisma “Uma mentira contada muitas vezes passa a ser verdade. Uma mentira que já nasce como verdade, nunca foi mentira.”, tomando-o como sintoma e operador de processos sociais de produção de crenças, validações e evidências. O objetivo central consiste em compreender como a repetição, longe de ser apenas um mecanismo psicológico de persuasão, articula-se a estruturas de legitimidade que instituem o que pode ser reconhecido como verdadeiro, plausível e “natural”. Para tanto, contrapomos e colocamos em diálogo os construtos fundamentais de Pierre Bourdieu, campo, habitus, doxa, violência simbólica e capital simbólico, e de Michel Foucault, discurso, regime de verdade, poder-saber, arqueologia e genealogia. A linha de argumentação sustenta que a primeira frase do aforisma descreve um processo de sedimentação do crível: a mentira, repetida, converte-se em “evidência social” ao ser incorporada como disposição prática (habitus) e reconhecida como sentido comum (doxa) em campos específicos, onde agentes e instituições disputam capital simbólico. Já a segunda frase desloca a análise para um nível anterior ao juízo moral de “mentir”: mostra que certas proposições emergem já como verdade, porque são produzidas por dispositivos discursivos e institucionais que definem antecipadamente os critérios do verdadeiro e os modos de verificação, operando como regimes de verdade. Conclui-se que, em sociedades

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Doutora em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (Propur-UFRJ, 2010). Especialista em Patrimônio Cultural Urbano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Integrante do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura da UFRJ (GPMC-UFRJ) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesq. Paisagem (NEPP/UNESA) do diretório de grupos de pesquisa CNPq. Revisora do periódico Direito à Cidade (UERJ). Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo, UNESA - TERESÓPOLIS. Professora da Pós-Graduação da Estácio em Design de Mobiliário. Revisora do periódico Direito à Cidade da UERJ e da Revista de Morfologia Urbana -UFRGS. Titular do Conselho da Cidade da cidade de Teresópolis e integrante da Câmara de Mobilidade Urbana da cidade. Gestora Nacional dos Trabalhos Finais de Graduação e dos Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Estácio/Brasil). Membro do Movimento Janes Walk. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6758999803142159>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0009-3744-9825>. E-mail: [eclamorais@yahoo.com.br](mailto:eclamorais@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Graduado em Análise de Sistemas e em História pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU-SP), possui formação acadêmica multidisciplinar. É pós-graduado com MBAs em Gestão do Conhecimento e em Data Warehouse e Business Intelligence, além de especializações em Engenharia de Software, Antropologia, História, Educação do Campo, Filosofia, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA-RJ), onde atua como professor titular e pesquisador. Doutorando em Educação pela Universidad Nacional de Rosario (UNR-Argentina). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4660184868094532>. Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0006-3739-0681>. E-mail: [atilafmusp@gmail.com](mailto:atilafmusp@gmail.com)



mediatizadas e plataformizadas, a repetição intensifica-se, mas não explica sozinha a eficácia do falso: o decisivo é a economia política e simbólica dos enunciados, isto é, quem fala, de onde fala, com que credenciais, sob quais técnicas de validação e com quais efeitos de governo.

**Palavras-chave:** Regime de verdade. Violência simbólica. Doxa. Poder-saber

**RESUMEN:** El presente ensayo realiza un análisis crítico y teórico-reflexivo del aforismo “Una mentira contada muchas veces se convierte en verdad. Una mentira que nace ya como verdad nunca fue mentira”, tomándolo como síntoma y operador de procesos sociales de producción de creencias, validaciones y evidencias. El objetivo central consiste en comprender cómo la repetición, lejos de ser solo un mecanismo psicológico de persuasión, se articula con estructuras de legitimidad que instituyen aquello que puede ser reconocido como verdadero, plausible y “natural”. Para ello, se confrontan y se ponen en diálogo los constructos fundamentales de Pierre Bourdieu — campo, habitus, doxa, violencia simbólica y capital simbólico— y de Michel Foucault — discurso, régimen de verdad, poder-saber, arqueología y genealogía—. La línea de argumentación sostiene que la primera frase del aforismo describe un proceso de sedimentación de lo creíble: la mentira, al ser repetida, se convierte en “evidencia social” al incorporarse como disposición práctica (habitus) y ser reconocida como sentido común (doxa) en campos específicos, donde agentes e instituciones disputan capital simbólico. La segunda frase, por su parte, desplaza el análisis a un nivel anterior al juicio moral de “mentir”: muestra que ciertas proposiciones emergen ya como verdad porque son producidas por dispositivos discursivos e institucionales que definen anticipadamente los criterios de lo verdadero y los modos de verificación, operando como regímenes de verdad. Se concluye que, en sociedades mediatizadas y plataformizadas, la repetición se intensifica, pero no explica por sí sola la eficacia de lo falso: lo decisivo es la economía política y simbólica de los enunciados, es decir, quién habla, desde dónde habla, con qué credenciales, bajo qué técnicas de validación y con qué efectos de gobierno.

**Palabras clave:** Régimen de verdad. Violencia simbólica. Doxa. Poder-saber

**ABSTRACT:** This essay offers a critical and theoretical-reflexive analysis of the aphorism “A lie told many times becomes the truth. A lie that is born as truth was never a lie,” approaching it as both a symptom and an operator of social processes involved in the production of beliefs, validations, and evidence. Its central objective is to understand how repetition, far from being merely a psychological mechanism of persuasion, is articulated with structures of legitimacy that institute what may be recognized as true, plausible, and “natural.” To this end, the fundamental constructs of Pierre Bourdieu— field, habitus, doxa, symbolic violence, and symbolic capital—are placed in dialogue with those of Michel Foucault—discourse, regime of truth, power/knowledge, archaeology, and genealogy. The line of argument maintains that the first sentence of the aphorism describes a process of sedimentation of the believable: the lie, when repeated, becomes “social evidence” as it is incorporated as practical disposition (habitus) and recognized as common sense (doxa) within specific fields where agents and institutions compete for symbolic capital. The second sentence, in turn, shifts the analysis to a level prior to the moral judgment of “lying”: it shows that certain propositions emerge already as truth because they are produced by discursive and institutional dispositifs that predefine the criteria of truth and the modes of verification, operating as regimes of truth. It is concluded that in mediatized and platformized societies, repetition is intensified, but it



does not by itself explain the efficacy of the false; what proves decisive is the political and symbolic economy of statements—that is, who speaks, from where, with which credentials, under which techniques of validation, and with what governmental effects.

**Keywords:** Regime of truth. Symbolic violence. Doxa. Power/knowledge



## INTRODUÇÃO

O aforisma em análise condensa, em poucas palavras, um dos problemas mais persistentes das ciências humanas: a fabricação social do verdadeiro e a instabilidade permanente entre crença, evidência e legitimidade. A primeira afirmação, “Uma mentira contada muitas vezes passa a ser verdade”, sugere que a repetição não apenas reforça um enunciado, mas lhe confere existência social, como se o uso reiterado fosse capaz de transformá-lo em realidade. A segunda, “Uma mentira que já nasce como verdade, nunca foi mentira”, aprofunda esse diagnóstico ao indicar que certos discursos sequer atravessam o estatuto de falsidade, pois emergem em contextos em que já são reconhecidos, aceitos, difundidos e eficazes. Nesses casos, não se trata apenas de engano, mas da produção antecipada da credibilidade.

A questão, portanto, ultrapassa o campo moral da oposição entre verdade e mentira. Ela se inscreve no nível mais profundo dos mecanismos que tornam um enunciado reconhecível, validável, sancionável ou, ao contrário, invisível. Trata-se de compreender como certas afirmações passam a funcionar como critérios de realidade, enquanto outras são desqualificadas, silenciadas ou descartadas.

Para iluminar essas camadas, estabelece-se um diálogo crítico entre Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Em Bourdieu (2004), a verdade social não é um dado natural, mas o resultado de disputas travadas em campos relativamente autônomos, nos quais se impõem categorias de percepção, classificações e hierarquias por meio da violência simbólica. A doxa, nesse contexto, naturaliza posições de poder e consagra determinados capitais como legítimos. Em Foucault (1995; 2011), a verdade também não é essência nem fundamento, mas uma produção histórica inseparável de práticas discursivas, dispositivos institucionais e tecnologias de poder-saber. Enquanto Bourdieu evidencia os jogos sociais da autoridade e da credencial, Foucault interroga as condições de possibilidade do que pode ser dito, validado e reconhecido como verdadeiro. O foco desloca-se, assim, da pergunta “o que é a verdade?” para “como a verdade se produz?”.

A reflexão organiza-se a partir da consideração do aforisma como objeto social e epistemológico, articulando seus enunciados às condições históricas e institucionais que os tornam operantes. Nesse percurso, são mobilizados os referenciais conceituais dos autores, desenvolvendo-se uma análise interpretativa de cada trecho à luz de suas contribuições. Ao final, destacam-se implicações para a crítica ideológica, os estudos de mídia e a epistemologia social, especialmente no contexto contemporâneo marcado pela digitalização, pela automação cognitiva e pela circulação acelerada da informação.

O aforisma é compreendido, nesse sentido, não como uma máxima isolada, mas como a condensação simbólica de práticas, disputas e regimes de validação. Ele remete tanto à repetição incessante dos discursos quanto à existência prévia de condições de veridicção que fazem certas proposições “nascerem” verdadeiras. O problema central não é apenas explicar como o falso se transforma em verdade, mas, sobretudo, como algo pode ser produzido como verdadeiro antes mesmo de poder ser questionado como mentira.

A primeira sentença pode ser interpretada como um processo de sedimentação do crível por meio da repetição, incorporado em hábitos, rotinas informacionais e dispositivos institucionais. A segunda descreve regimes de verdade que antecedem o sujeito que mente e o sujeito que acredita, instaurando um campo no qual a distinção moral entre verdade e falsidade já se encontra previamente neutralizada. Ao colocar em diálogo Bourdieu e Foucault, tornam-se visíveis tanto as convergências quanto as tensões entre suas abordagens, revelando a complexidade dos processos de legitimação do saber.



Essa discussão ganha especial relevância na modernidade “líquida” e na ecologia informacional contemporânea, marcadas pela velocidade, pela fragmentação e pela economia da atenção, nas quais o tempo para a reflexão crítica é constantemente reduzido (Bauman, 2001; Gillespie, 2010). Nesse ambiente, a circulação acelerada dos enunciados favorece a consolidação de verdades frágeis, provisórias e, muitas vezes, estrategicamente produzidas.

O aforisma, portanto, opera como um dispositivo de inteligibilidade. Ele não se limita a descrever uma fraude repetida, mas revela a forma social da evidência: o modo pelo qual a realidade é estabilizada por meio do reconhecimento coletivo, dos procedimentos de validação e das instituições que definem o que conta como prova. Ao evidenciar esses mecanismos, torna-se possível compreender que a verdade, longe de ser apenas uma questão de correspondência com os fatos, é também um campo de disputas, negociações e poderes que atravessam a vida social.

### A FABRICAÇÃO SOCIAL DA VERDADE E O ECLIPSE DA MENTIRA

A sentença “Uma mentira contada muitas vezes passa a ser verdade. Uma mentira que já nasce como verdade, nunca foi mentira” não é apenas um comentário moral sobre a desonestidade, nem uma máxima psicológica sobre a credulidade. Ela é, sobretudo, um enunciado sociológico e epistemológico: descreve uma gramática de produção do real no interior de relações sociais, instituições e práticas discursivas. Ao afirmar que a mentira repetida “passa a ser verdade”, o aforisma indica que o estatuto de verdade é historicamente fabricado, socialmente reconhecido e politicamente administrado. Ao acrescentar que uma mentira “que já nasce como verdade” nunca foi mentira, a sentença desloca ainda mais o problema: sugere que existem proposições que emergem já investidas de legitimidade, antes mesmo de serem interrogadas, submetidas à crítica ou colocadas em disputa. Em ambos os casos, o núcleo da questão não reside no conteúdo lógico do enunciado, mas nas condições sociais de sua inteligibilidade, circulação, validação e eficácia.

A análise torna-se especialmente fecunda quando o aforisma é articulado com os construtos de Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Bourdieu oferece uma sociologia do reconhecimento e da legitimidade, centrada em conceitos como campo, habitus, doxa, violência simbólica e capital simbólico, permitindo compreender como certas afirmações se tornam “naturais” e como o senso comum funciona como instância de consagração social do verdadeiro (Bourdieu, 2004). Foucault, por sua vez, oferece uma analítica histórica do discurso e uma crítica dos regimes de verdade, evidenciando a inseparabilidade entre poder e saber, e mostrando que o verdadeiro é um efeito produzido por práticas, dispositivos e técnicas de veridicção (Foucault, 1995; 2011). O diálogo entre ambos, entretanto, deve ir além da justaposição: trata-se de compreender como as lógicas de campo e reconhecimento (Bourdieu) se articulam às condições de possibilidade do enunciável e do verificável (Foucault), revelando a complexidade do processo pelo qual a mentira se converte em verdade social e pelo qual certas “verdades” nascem já como evidências.

Na primeira parte do aforisma, a repetição aparece como mecanismo decisivo. Contudo, uma leitura rigorosa precisa recusar a interpretação de que a repetição, isoladamente, realiza uma metamorfose ontológica do falso em verdadeiro. A repetição não muda a natureza lógica do enunciado; ela muda seu estatuto social. Ela altera a forma pela qual ele é percebido, lembrado, reencontrado, reconhecido e, sobretudo, incorporado como referência para orientar julgamentos e práticas. Nesse sentido, o que se transforma



não é o enunciado em si, mas o modo como ele se inscreve na experiência coletiva. A repetição produz familiaridade; a familiaridade, em contextos apropriados, produz plausibilidade; e a plausibilidade, quando reconhecida por instâncias legítimas, converte-se em verdade prática.

Bourdieu é decisivo para explicitar porque essa conversão não é automática. Ela depende de um espaço social estruturado que organiza quem pode falar, em que condições, com quais credenciais e com quais efeitos. Esse espaço, em sua teoria, é o campo: um microcosmo relativamente autônomo, regulado por regras próprias, no qual agentes e instituições disputam posições e capitais específicos (Bourdieu, 2004). Cada campo, científico, jornalístico, político, jurídico, educacional, define seus critérios de legitimidade, seus instrumentos de consagração e suas formas de sancionar o que é tido como aceitável. Assim, a mentira repetida torna-se verdade quando encontra, no interior de um campo, mecanismos que a validam, seja por reconhecimento institucional, seja por alinhamento com interesses dominantes, seja por compatibilidade com disposições incorporadas.

É aqui que o conceito de capital simbólico se torna central. Capital simbólico é o poder de ser reconhecido, acreditado e tomado como referência legítima. Ele não se confunde com o conhecimento em si, mas com o crédito social que torna o enunciador digno de fé. Uma mesma frase, pronunciada por um agente investido de capital simbólico elevado, circula de modo diferente daquela pronunciada por um agente desprovido de reconhecimento. A eficácia do falso, portanto, relaciona-se diretamente à distribuição desigual da autoridade legítima. Essa desigualdade não é “acessória”; ela é constitutiva do processo social de produção da verdade. A repetição, nesse quadro, não é apenas insistência: é estratégia de consagração, pois intensifica a presença do enunciado nos circuitos onde o capital simbólico se acumula e se converte em doxa.

A doxa, em Bourdieu, é o domínio do indiscutido. É aquilo que não aparece como tese, porque aparece como evidência. Ela funciona como “ar” do mundo social: respira-se sem tematizar. Uma mentira repetida “passa a ser verdade” quando deixa de ser percebida como proposição contestável e passa a funcionar como pressuposto. Esse deslocamento é decisivo: quando algo se torna pressuposto, a crítica já chega tarde, porque precisa primeiro reconduzir o que é doxa ao estatuto de problema. A tarefa crítica, nesse ponto, é sempre mais custosa: ela exige a ruptura com o “óbvio”, isto é, com o modo socialmente naturalizado de perceber. Por isso, a mentira repetida é tão potente: seu triunfo não se dá no plano do argumento, mas no plano do pressuposto.

Esse processo de naturalização é inseparável do habitus. O habitus não é simples hábito; é a incorporação histórica de estruturas sociais que orientam percepções, preferências e juízos, tornando-os “espontâneos” (Bourdieu, 2004). Uma mentira repetida encontra eficácia quando se encaixa nas disposições do habitus, isto é, quando parece “fazer sentido” antes mesmo de ser verificada. A repetição, nesse caso, atua como reforço de disposições: ela confirma uma expectativa incorporada, estabiliza uma crença compatível com esquemas prévios, e reduz a fricção cognitiva que a dúvida produziria. A mentira passa a ser verdade porque se torna verossímil dentro de um modo de ver e classificar já socialmente produzido.

A violência simbólica é o nome do mecanismo que assegura essa conversão sem coerção física explícita. Trata-se de uma forma de poder que atua pela imposição de significações como legítimas, obtendo adesão justamente porque não se apresenta como violência, mas como normalidade. Ela opera quando o arbitrário se apresenta como natural, quando interesses particulares se disfarçam de universalidade e quando a ordem social se legitima por meio de classificações tidas como evidentes (Bourdieu, 2004). Assim, a mentira repetida “passa a ser verdade” não porque todos foram conscientemente



enganados, mas porque a estrutura social produz condições para que certos enunciados sejam aceitos como naturais e outros sejam percebidos como absurdos, independentemente da verificação empírica.

Contudo, o aforisma não se esgota em Bourdieu. Foucault desloca o problema para outro plano: o da produção histórica do verdadeiro por meio de práticas discursivas. Em *A ordem do discurso*, ele mostra que o discurso não é mera expressão de ideias; é um campo de forças regulado por procedimentos que selecionam, controlam e redistribuem o que pode ser dito e ouvido (Foucault, 1995). Isso significa que a repetição não é apenas uma tática individual; ela é uma função do dispositivo que organiza a circulação. A pergunta não é apenas “quem repete?”, mas “quais regras tornam essa repetição possível, visível e eficaz?”. Em termos foucaultianos, a mentira repetida passa a ser verdade quando atravessa os filtros de um regime de verdade, isto é, quando se integra aos procedimentos pelos quais uma sociedade produz, válida e difunde enunciados verdadeiros.

Em *Microfísica do poder*, Foucault sustenta que a verdade é um efeito produzido por coerções múltiplas e por práticas institucionais. A famosa tese de que “a verdade é deste mundo” não relativiza a verdade em sentido vulgar; ela a historiciza, mostrando que o verdadeiro não existe fora de dispositivos que o fazem funcionar como verdadeiro (Foucault, 2011). Assim, a repetição pode operar como técnica de veridicção: em certos arranjos sociais, aquilo que se repete tende a ser tomado como “confirmado”, não porque tenha sido submetido a um procedimento rigoroso de prova, mas porque a repetição gera a aparência de estabilidade, consistência e consenso. O consenso, por sua vez, é frequentemente confundido com verdade. O aforisma denuncia justamente essa confusão: quando a repetição produz consenso, o consenso pode ser investido de estatuto de evidência.

A partir dessa chave, percebe-se que o aforisma trata menos de mentira e mais de verdade: ele descreve a fabricação do verdadeiro como prática social. Esse deslocamento é crucial para a segunda frase: “uma mentira que já nasce como verdade, nunca foi mentira”. Aqui, o aforisma revela uma estrutura mais profunda: a possibilidade de que o verdadeiro seja produzido antes mesmo do exame crítico, isto é, que o enunciado surja já emoldurado por técnicas de validação e por credenciais que o tornam imediatamente crível.

Em Bourdieu, essa “verdade de nascimento” pode ser compreendida pelo poder do capital simbólico e pelo funcionamento das instâncias de consagração. Há agentes cujas palavras não precisam provar-se: elas se impõem como dignas de crença porque a posição social do enunciador opera como garantia. Essa é uma das formas mais sutis da dominação simbólica: a autoridade social substitui a prova, e o reconhecimento substitui a verificação. Nesse caso, a mentira “nunca foi mentira” porque jamais foi percebida como tal: ela nasceu no interior de um circuito de legitimidade que a apresentou como evidência desde o início. O próprio campo produz o selo de verdade.

Em Foucault, a questão se torna ainda mais radical, porque ele interroga a própria gramática do julgamento verdadeiro/falso. Para que uma proposição seja considerada mentira, é necessário que exista um espaço institucional e discursivo no qual ela possa ser nomeada e julgada como falsa. Porém, esse espaço não é neutro: ele é produzido historicamente. O regime de verdade define, antecipadamente, quais enunciados são passíveis de prova, quais são passíveis de falsificação, quais são irrelevantes, quais são inaudíveis. Uma proposição pode “nascer verdadeira” porque nasce já no interior de um dispositivo que define suas condições de aceitabilidade, estabelecendo os critérios pelos quais ela será tida como válida. A mentira, aqui, não é uma propriedade do enunciado; é um efeito possível de uma prática de veridicção. Se essa prática não se aplica ao enunciado, ou se se aplica de modo viciado, ou se está capturada por relações de poder, o



enunciado não chega a ser “mentira”: ele é apenas “verdade”, isto é, ele funciona como verdade.

A noção de poder-saber é central para compreender essa dinâmica. Para Foucault, não há saber que não produza efeitos de poder, nem poder que não se apoie em saberes. A produção do verdadeiro é, portanto, uma operação político-epistemológica. Quando um enunciado nasce como verdade, ele o faz porque está integrado a uma rede de práticas que o sustentam: instituições, técnicas de registro, formas de exame, procedimentos de validação, dispositivos de vigilância e normalização (Foucault, 1975; 2011). Em *Vigiar e Punir*, por exemplo, a produção de “verdades” sobre o indivíduo, sua normalidade, sua periculosidade, sua docilidade, não decorre de uma essência revelada, mas de técnicas disciplinares que o tornam visível, mensurável e comparável (Foucault, 1975). A verdade, nesse argumento, é inseparável do dispositivo que a produz.

Se a primeira frase do aforisma enfatiza a repetição como processo de sedimentação, a segunda enfatiza a anterioridade do regime: certas proposições não precisam sedimentar-se porque já emergem emolduradas como evidência. Esse ponto permite uma articulação particularmente produtiva entre Bourdieu e Foucault: a “verdade de nascimento” não é apenas efeito de um regime discursivo abstrato; ela se ancora em campos concretos, em instâncias de consagração, em desigualdades de capital simbólico e em habitus predispostos ao reconhecimento de certas autoridades. O regime de verdade não opera no vazio; ele opera por instituições e posições. Do mesmo modo, o campo não opera apenas por disputa interna; ele opera por regras históricas do enunciável e por tecnologias de poder-saber.

O diálogo entre os autores também permite evitar dois riscos analíticos recorrentes. O primeiro risco é psicologizar o aforisma, reduzindo-o a “efeito de repetição” no indivíduo, como se a mentira se tornasse verdade por falha cognitiva isolada. Embora processos psicológicos existam, a crítica sociológica e genealógica exige mostrar que a eficácia da repetição depende de ecologias de circulação e de reconhecimento. O segundo risco é cair no relativismo simplista, concluindo que “tudo é mentira” ou que “toda verdade é construção”. Bourdieu e Foucault não negam a existência de fatos; eles interrogam as condições sociais pelas quais fatos se tornam reconhecíveis, dizíveis, verificáveis e politicamente eficazes. A questão não é abolir a verdade, mas compreender por que certas verdades vencem, por que outras não emergem e por que certas falsidades funcionam como verdade.

Nesse ponto, a modernidade contemporânea oferece um cenário em que o aforisma se torna especialmente atual. A aceleração dos fluxos informacionais e a reorganização da atenção produzem condições favoráveis à substituição da prova pela circulação. Em termos mais amplos, pode-se dizer que o verdadeiro passa a competir com o visível, e que o visível passa a funcionar como verdadeiro. A crítica não é nostálgica: ela é estrutural. Em ambientes em que a temporalidade é curta, a leitura é fragmentada e a validação se dá por sinais rápidos, a repetição adquire força de evidência. A “verdade”, tende a ser aquilo que permanece à vista, aquilo que retorna, aquilo que se impõe como familiar. A repetição produz um efeito de inevitabilidade: se está em todo lugar, parece real; se parece real, passa a orientar práticas; se orienta práticas, torna-se realidade social.

A partir de Bourdieu, essa dinâmica pode ser compreendida como disputa por capital simbólico em um campo ampliado de visibilidade, onde a consagração se reorganiza. O que antes dependia de instâncias relativamente estabilizadas de legitimação passa a depender, em maior medida, de circuitos de circulação que produzem reconhecimento. Contudo, esse reconhecimento não elimina a estrutura: ele a reconfigura. Há novos mediadores, novos “autoridades”, novas formas de credencial. A pergunta



bourdieusiana permanece decisiva: quem tem o poder de fazer crer? Quem tem o poder de impor a definição legítima do que é verdade?

A partir de Foucault, a questão se aprofunda: quais são os novos procedimentos de veridicção? Quais dispositivos produzem o verdadeiro? Se o regime de verdade é aquilo que define o que conta como verdade, então a transformação das infraestruturas de circulação implica transformação dos regimes de verdade. A ordem do discurso não é apenas censura; ela é produção de condições. A visibilidade, a indexação, a recomendação, a normalização de formatos, a autoridade técnica, tudo isso opera como tecnologia de produção do verdadeiro. A genealogia foucaultiana, nesse cenário, exigiria rastrear como tais técnicas emergem, que relações de poder elas implicam e quais sujeitos elas produzem como “aptos” a falar a verdade.

A força crítica do aforisma, então, reside em denunciar uma ilusão persistente: a ilusão de que a verdade é apenas propriedade do enunciado, independente de suas condições sociais. Ao contrário, a verdade é sempre, também, uma relação. Relação entre enunciador e instituição; relação entre discurso e dispositivo; relação entre campo e regime; relação entre habitus e técnica. Essa constelação é o que explica por que a repetição pode fabricar realidades e por que certas “verdades” nascem sem atravessar o tribunal da crítica.

A frase final, “nunca foi mentira”, pode parecer paradoxal, mas ela indica um ponto crucial: a mentira é uma categoria que supõe julgamento. Para que algo seja mentira, é necessário que tenha sido posto sob prova e declarado falso. Mas e quando os próprios procedimentos de prova são capturados, deslocados ou redefinidos? E quando o enunciado nasce já protegido por credenciais, por autoridade, por consenso, por invisibilização de alternativas? Nesses casos, a mentira não chega a ser nomeada como mentira; ela funciona como verdade. O aforisma, portanto, é uma crítica às condições sociais do julgamento e à política do verdadeiro. Conclui-se, assim, que a repetição não é causa suficiente da verdade, mas é técnica eficaz quando acoplada a estruturas de reconhecimento e a regimes de veridicção. Em Bourdieu, a transformação do falso em verdade prática depende da lógica dos campos, do capital simbólico e da doxa, operando por violência simbólica e por disposições incorporadas do habitus (Bourdieu, 2004). Em Foucault, a produção do verdadeiro depende da ordem do discurso, dos dispositivos de poder-saber e dos regimes de verdade que definem as condições históricas do enunciável e do verificável (Foucault, 1995; 2011; 1975). A articulação entre ambos permite decifrar o aforisma como diagnóstico crítico da sociedade: não é a mentira que é excepcional, mas a verdade que é continuamente produzida, administrada e governada.

A relevância contemporânea do tema, por fim, é incontornável. Em tempos de instabilidade e aceleração, cresce o risco de confundir circulação com prova, autoridade com evidência, familiaridade com verdade. A tarefa crítica, inspirada por Bourdieu e Foucault, consiste em reabrir o que a doxa fecha, em historicizar o que o regime naturaliza, em expor as condições sociais do verdadeiro e em desarmar os mecanismos que fazem certas “verdades” nascerem prontas. Não para substituir uma crença por outra, mas para restituir à verdade seu caráter público e crítico: a verdade como aquilo que precisa sempre poder ser interrogado.

## DIÁLOGO COM O TEMA

A primeira sentença, “Uma mentira contada muitas vezes passa a ser verdade”, pode ser lida, num registro imediato, como efeito psicológico de familiaridade. Entretanto, uma análise sociológica e genealógica exige recusar a ideia de que a repetição,



por si só, transmuta ontologicamente o falso em verdadeiro. A repetição opera, antes, como técnica de inscrição: ela aumenta a presença do enunciado no espaço social, amplia suas chances de circulação e, sobretudo, cria condições para que seja reconhecido como “o que se diz”, “o que se sabe” e “o que sempre foi assim”. Nesse ponto, a perspectiva de Bourdieu permite ver que a repetição é eficaz quando atravessa campos e dispositivos capazes de consagrar enunciados e distribuí-los como senso comum.

Em um campo, agentes disputam autoridade para definir o legítimo, o relevante e o verdadeiro, convertendo posições e capitais em capacidade de impor classificações (Bourdieu, 2004). O enunciado repetido não se torna verdade porque foi repetido, mas porque foi repetido por instâncias dotadas de capital simbólico, ou porque encontrou canais que lhe emprestam credibilidade: mídias, instituições, “especialistas”, ou mesmo comunidades de pertença que funcionam como microcampos de validação. A repetição, aqui, é inseparável de reconhecimento. Quando uma proposição circula em um circuito de consagração, ela tende a naturalizar-se como doxa: aquilo que não se discute, porque aparece como evidente. A eficácia do falso, portanto, repousa na capacidade de converter arbitrariedade em necessidade percebida, isto é, de fazer parecer natural aquilo que é socialmente produzido. Esse é o núcleo da violência simbólica: impor sentidos como se fossem evidências neutras, apagando as condições sociais de sua imposição.

Essa dinâmica se intensifica em sociedades onde a atenção é fragmentada e o processamento de informação se torna superficial e acelerado, não por falha individual, mas por reorganização técnica e econômica do ambiente cognitivo (Carr, 2011; Desmurget, 2021). A repetição, nas plataformas, não é meramente retórica; é infraestrutural. O que aparece mais vezes, tende a aparecer como mais “real”, porque se confunde com o horizonte do que é acessível. Aqui, a política das plataformas, ao definir formatos, métricas e circuitos de visibilidade, participa da fabricação do crível (Gillespie, 2010). A mentira “passa a ser verdade”, então, quando se torna hábito de percepção: o habitus, como sistema de disposições, é também um sistema de probabilidades do crer, do estranhar e do ignorar. O que se repete encontra um corpo social já predisposto a reconhecer, a encaixar e a não interromper a fluidez do “já sabido”.

Entretanto, Foucault desloca o foco: não se trata apenas de quem consagra, mas de quais condições tornam um enunciado possível, dizível e verificável. Em *A ordem do discurso*, Foucault (1995) recusa a ideia de uma fala livre que, depois, seria reprimida; o discurso é regulado por procedimentos que selecionam, distribuem e controlam o que pode ser dito. Nessa chave, a repetição é um efeito e um instrumento de um regime de verdade, isto é, de um conjunto histórico de práticas que produz e administra a verdade. Em *Microfísica do poder*, Foucault (2011) sintetiza uma tese decisiva: “a verdade é deste mundo”, e é produzida por múltiplas coerções e por efeitos regulados de poder. A frase não absolve a mentira; ela desmoraliza a ideia de uma verdade fora da história, e obriga a perguntar por dispositivos, técnicas e instituições que definem o verdadeiro.

Com isso, a primeira sentença do aforisma ganha nova espessura. A mentira repetida pode “passar a ser verdade” porque, em certos contextos, o regime de verdade confere à repetição estatuto de prova. Não é raro que “o que circula muito” seja convertido em indicador de relevância; e que relevância, na economia da visibilidade, seja confundida com veracidade. Nessa zona, opera um poder-saber: técnicas de classificação, métricas e modelos de autoridade que produzem efeitos de verdade, independentemente do conteúdo ser, em si, verificável. A repetição, portanto, não é apenas propaganda; é a maneira pela qual um dispositivo produz a experiência do real, ensinando o que procurar, o que ignorar e como reconhecer o plausível.

A segunda sentença do aforisma, “Uma mentira que já nasce como verdade, nunca foi mentira”, é ainda mais fecunda, porque desloca o problema para a origem do estatuto



de veracidade. Ela não afirma que “tudo é relativo”; afirma que há enunciados cuja forma de entrada no mundo social é já a forma da verdade: emergem como evidência, circulam como critério e orientam práticas sem precisar convencer. Bourdieu ajuda a nomear essa anterioridade como doxa: a região do indiscutido, do pressuposto, do que não se apresenta como tese, mas como atmosfera. A doxa não é uma mentira; é um modo social de evidência. Ela nasce como verdade porque se confunde com o mundo tal como é percebido. Assim, certos enunciados não “mentem” porque não se declaram como proposições disputáveis; eles se instalam como princípio de visão e divisão, estruturando o que pode ser contado como fato.

Essa naturalização é inseparável de lutas simbólicas e de instituições que monopolizam a produção legítima do discurso. Em *Os usos sociais da ciência*, Bourdieu (2004) evidencia que a autoridade científica e cultural não é apenas conhecimento, mas também posição: é capital simbólico que permite fazer reconhecer como universal o que é particular, e como neutro o que é situado. Uma “mentira que nasce como verdade” é, nessa perspectiva, um enunciado que nasce já investido de capital simbólico; ele aparece com o selo do legítimo. Ao nascer “verdadeiro”, ele não é imediatamente passível de ser desmentido, porque desmenti-lo exige acesso aos mesmos instrumentos de validação, aos mesmos espaços de consagração, e ao mesmo capital de credibilidade.

Foucault, por sua vez, radicaliza o diagnóstico ao mostrar que a verdade não apenas é consagrada, mas é produzida como efeito de práticas. Arqueologia e genealogia são nomes de dois gestos complementares: mapear as regras de formação dos enunciados e rastrear as contingências históricas e as relações de poder que os atravessam. Ao dizer que algo “já nasce como verdade”, o aforisma descreve precisamente o ponto em que a genealogia se impõe: é preciso interrogar a proveniência, os acidentes, as disputas e as técnicas que fazem um enunciado surgir com estatuto de evidência. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1975) mostra como práticas disciplinares fabricam sujeitos e saberes; não se trata de descobrir a verdade do sujeito, mas de ver como certos regimes de visibilidade e de controle o constituem. A frase do aforisma, nesse sentido, é menos um comentário sobre falsidade e mais um comentário sobre governamentalidade: sobre como certos enunciados nascem já orientando condutas, delimitando o pensável e configurando o campo do possível.

Nesse ponto, Bourdieu e Foucault convergem e divergem. Convergem ao recusar a verdade como essência e ao localizar sua eficácia em práticas sociais. Divergem na ênfase e no método. Bourdieu tende a explicar a produção do verdadeiro pela estrutura dos campos, pela distribuição de capitais e pelo funcionamento do habitus, que liga estrutura e prática; Foucault tende a deslocar a análise para o nível dos dispositivos, das tecnologias de poder e das condições históricas do discurso. A “mentira repetida” seria, para Bourdieu, um enunciado que ganha força quando entra em circuitos de consagração e encontra disposições incorporadas; para Foucault, seria um enunciado que se torna verdadeiro quando passa a funcionar dentro de procedimentos e técnicas que definem o verdadeiro, isto é, dentro de um regime de veridicção.

O aforisma, contudo, não deve ser lido como uma apologia do cinismo, mas como denúncia da fragilidade do verdadeiro quando suas condições sociais são invisibilizadas. Em modernidade líquida, Bauman (2001), descreve um ambiente de instabilidade e volatilidade em que vínculos e referências se tornam mais precários; a “verdade” tende a depender mais de velocidade, circulação e utilidade momentânea do que de processos demorados de validação. Carr (2011) e Desmurget (2021), reforçam, por vias distintas, que a ecologia das telas reorganiza hábitos de atenção e profundidade, facilitando a captura por enunciados simples e reiterados. Ao mesmo tempo, a automação cognitiva e o viés de automação indicam que a delegação a sistemas técnicos pode produzir aceitação



indevida de saídas “plausíveis” (Goddard et al., 2011), o que reposiciona o problema do aforisma: não se trata apenas de mentiras humanas, mas de verdades produzidas por sistemas que otimizam coerência aparente e fluidez textual.

É nesse argumento que a segunda frase do aforisma se torna particularmente incisiva: uma proposição gerada, ranqueada ou amplificada por dispositivos legitimadores pode “nascer verdadeira” porque nasce já com a forma do verificado, mesmo quando a verificação é apenas simulada por sinais de autoridade. Estudos sobre crenças conspiratórias e tensões entre ciência e opinião pública mostram que a disputa não é apenas por fatos, mas por confiança, pertencimento e validação (Dawson; Allen; Ditzel, 2022). O caso do terraplanismo, por exemplo, é menos um erro geográfico e mais um laboratório de regimes concorrentes de verdade: nele se disputa o que conta como prova, quem conta como autoridade e quais instituições merecem crença (Branch, 2018). A mentira repetida não é somente repetida; ela é sustentada por uma economia afetiva e simbólica que produz sentido e comunidade.

Assim, o aforisma pode ser lido como crítica ao modo como o social produz ontologias práticas: aquilo que “é” para o mundo da vida, isto é, aquilo que orienta decisões, medos, reputações e políticas. A mentira repetida torna-se verdade quando se transforma em realidade operatória; e a mentira que nasce como verdade revela que a distinção moral entre verdade e mentira não basta, porque há um nível anterior, o nível das condições sociais do verdadeiro, em que a questão decisiva é quem governa as regras de veridicção.

## SENSIBILIDADE ARQUEOLÓGICA

Este ensaio trata-se de uma pesquisa qualitativa, teórico-bibliográfica e hermenêutica, fundamentada na análise conceitual e na interpretação crítica de obras selecionadas de Pierre Bourdieu e Michel Foucault, articuladas a autores contemporâneos que problematizam mídia, plataformas, atenção, psicopolítica e transformações da experiência social na modernidade. O procedimento interpretativo consiste em decompor o aforisma em duas proposições e, para cada uma, reconstruir seus pressupostos sociológicos e epistemológicos, examinando como os conceitos mobilizados iluminam dimensões distintas do mesmo fenômeno: a transformação do falso em crível e a produção institucional do verdadeiro.

O ensaio adota, simultaneamente, uma sensibilidade arqueológica e genealógica, inspirada em Foucault, na medida em que busca tanto identificar as condições de possibilidade de o enunciado quanto rastrear os efeitos de poder implicados em sua circulação; e uma sensibilidade relacional, inspirada em Bourdieu, ao situar enunciados em campos de disputa por reconhecimento e autoridade.

Em Bourdieu, a noção de campo designa um espaço estruturado de posições e tomadas de posição, onde agentes e instituições competem por recursos específicos e por autoridade legítima (Bourdieu, 2004). O habitus refere-se a disposições incorporadas, historicamente produzidas, que orientam percepções e práticas sem necessidade de consciência plena, tornando o mundo social “evidente” e praticável. A doxa é o domínio do indiscutido: aquilo que se impõe como natural e óbvio, não por verdade intrínseca, mas por reconhecimento social estabilizado. A violência simbólica é o mecanismo pelo qual significações e classificações são impostas como legítimas, dissimulando sua arbitrariedade e obtendo adesão dos próprios dominados. O capital simbólico, por fim, é a forma reconhecida e legitimada do capital, isto é, o poder de ser acreditado, obedecido e tomado como referência autorizada.



Em Foucault, discurso não é apenas linguagem, mas prática que produz objetos, sujeitos e critérios do verdadeiro, sendo atravessada por regras de formação e por controles de circulação (Foucault, 1995). Regime de verdade designa o conjunto histórico de procedimentos que definem o que conta como verdadeiro, quem pode dizer a verdade e quais técnicas de validação são aceitas; por isso, verdade e poder não se opõem, mas se implicam. A noção de poder-saber nomeia a inseparabilidade entre relações de poder e produção de saber: não há saber neutro fora de relações que o tornam possível e eficaz. Arqueologia, em termos metodológicos, remete à descrição das regras de formação dos enunciados em uma época; genealogia, por sua vez, investiga a proveniência e as contingências históricas, revelando como práticas e dispositivos produziram evidências e subjetividades (Foucault, 1975; 2011).

Ao aproximar ambos, o ensaio sustenta que Bourdieu privilegia a gramática social da legitimidade e do reconhecimento em campos, enquanto Foucault privilegia as tecnologias históricas que tornam um enunciado possível e verdadeiro. A articulação torna-se produtiva quando se reconhece que a repetição só fabrica realidade onde há, simultaneamente, disposições incorporadas para crer e dispositivos institucionais para validar.

A análise corrobora que a primeira parte do aforisma descreve um processo de institucionalização do crível: a repetição funciona como técnica de inscrição e de naturalização, mas sua eficácia depende de estruturas de consagração e de reconhecimento, isto é, de capital simbólico e de doxa em campos específicos (Bourdieu, 2004). Mostra-se, também, que a repetição contemporânea não é apenas retórica; ela é infraestrutural, intensificada por plataformas que organizam visibilidade e relevância, convertendo circulação em sinal de plausibilidade (Gillespie, 2010; Carr, 2011).

Quanto à segunda parte, a análise consolida a ideia de que certos enunciados “nascem verdadeiros” porque emergem em regimes de verdade que definem previamente as regras de veridicção; nesse caso, a categoria de “mentira” torna-se insuficiente, pois supõe um espaço neutro em que a falsidade seria apenas desvio moral. Foucault (2011) permite compreender que a verdade é produzida e regulada por práticas e coerções históricas; Bourdieu (2004) complementa ao revelar que tais práticas se apoiam em disputas por autoridade e em mecanismos de imposição simbólica que naturalizam classificações. O aforisma, assim, não propõe relativismo, mas uma crítica da ingenuidade epistemológica: ele revela que o verdadeiro é uma construção social com condições e custos, e que o falso pode adquirir eficácia quando se torna realidade operatória e quando se acopla a dispositivos e disposições que o reconhecem como evidência.

## A MENTIRA QUE NASCE COMO VERDADE

A afirmação segundo a qual “a mentira que nasce como verdade revela que a distinção moral entre verdade e mentira não basta, porque há um nível anterior, o nível das condições sociais do verdadeiro, em que a questão decisiva é quem governa as regras de veridicção” desloca o problema epistemológico do campo restrito da moralidade individual para o domínio histórico, político e institucional da produção social da verdade. Trata-se de compreender que a oposição entre verdadeiro e falso, longe de ser um dado natural da razão, constitui-se como efeito de dispositivos, práticas, saberes e relações de poder que definem, em cada formação social, o que pode ser dito, acreditado, reconhecido



e legitimado como verdadeiro. Nesse sentido, a mentira que se impõe como verdade não é um desvio ocasional, mas um sintoma estrutural dos regimes de veridicção que organizam a circulação dos discursos.

Michel Foucault foi um dos pensadores que mais radicalmente deslocou a reflexão sobre a verdade de uma perspectiva normativa para uma análise genealógica. Em *A ordem do discurso*, o filósofo afirma que “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (Foucault, 1995, p. 9). A verdade, não emerge como resultado neutro da correspondência entre linguagem e realidade, mas como efeito de sistemas de exclusão, rarificação e validação que definem quem pode falar, em que condições e com que autoridade. O verdadeiro não é apenas aquilo que se diz, mas aquilo que se pode dizer legitimamente.

Essa perspectiva é aprofundada na *Microfísica do poder*, quando Foucault sustenta que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (Foucault, 2011, p. 12). O regime de verdade envolve, portanto, instituições, práticas discursivas, mecanismos de validação científica, aparatos jurídicos, dispositivos midiáticos e formas pedagógicas que, em conjunto, produzem a evidência social do verdadeiro. A mentira que nasce como verdade não se impõe por sua falsidade intrínseca, mas por sua inserção bem-sucedida nesses circuitos de legitimação.

Pierre Bourdieu, por sua vez, oferece uma contribuição decisiva para compreender como esses regimes se sustentam por meio do poder simbólico. Em *Os usos sociais da ciência*, o autor mostra que a autoridade científica não deriva apenas da validade interna dos argumentos, mas da posição social dos agentes e das instituições que os legitimam. Para Bourdieu, “a ciência é um campo social como os outros, com suas relações de força, suas lutas, suas hierarquias” (Bourdieu, 2004, p. 21). Assim, o que se apresenta como verdade objetiva frequentemente resulta de disputas simbólicas em que determinados grupos conseguem impor sua visão de mundo como universal.

O poder simbólico opera precisamente nessa capacidade de fazer reconhecer como legítimo aquilo que é, em última instância, produto de relações históricas contingentes. A eficácia da mentira transformada em verdade depende, nesse sentido, da invisibilização de suas condições sociais de produção. Quando um discurso é naturalizado, ele deixa de ser percebido como construção e passa a funcionar como evidência. A violência simbólica, conceito central em Bourdieu, consiste justamente nessa imposição de significados sem que os dominados percebam o caráter arbitrário dessa imposição.

A genealogia foucaultiana e a sociologia bourdieusiana convergem, portanto, na recusa de uma concepção ingênua da verdade como instância exterior ao poder. Em *Vigiar e Punir*, Foucault demonstra como os saberes sobre o corpo, a delinquência e a normalidade foram produzidas no interior de dispositivos disciplinares. A prisão, a escola, o hospital e o quartel não apenas corrigem comportamentos, mas fabricam verdades sobre os sujeitos. “O poder produz saber; poder e saber estão diretamente implicados” (Foucault, 1975, p. 30). Não há, nesse sentido, conhecimento que não esteja atravessado por relações de poder.

Essa articulação torna-se ainda mais evidente nos cursos reunidos em *Segurança, território, população e Nascimento da biopolítica*, nos quais Foucault analisa a emergência da governamentalidade moderna. O governo dos homens passa progressivamente a operar por meio da produção de saberes estatísticos, médicos, econômicos e demográficos que definem o que é normal, saudável, produtivo ou desejável. A verdade deixa de ser apenas uma questão de discurso e torna-se uma tecnologia de gestão da vida. Governar é, em grande medida, governar pela verdade.



Sendo assim, a mentira que nasce como verdade não se limita à manipulação deliberada da informação, mas se enraíza em dispositivos estruturais. Estudos contemporâneos sobre negacionismo científico, como os de Branch (2018), mostram que teorias conspiratórias, como o terraplanismo, não prosperam apenas por ignorância individual, mas porque encontram ecossistemas midiáticos, afetivos e identitários que lhes conferem plausibilidade. A circulação dessas narrativas depende de plataformas digitais, algoritmos e bolhas informacionais que funcionam como novos regimes de veridicção.

Tarleton Gillespie (2010), demonstra que as plataformas digitais exercem um papel político central ao definir o que é visível, relevante e confiável. Elas não apenas hospedam discursos, mas os organizam segundo lógicas comerciais e técnicas opacas. A governança algorítmica torna-se, assim, uma instância fundamental na produção contemporânea da verdade. O que aparece como “viral” ou “tendência” adquire automaticamente um estatuto de credibilidade social, independentemente de sua consistência factual.

Essa dinâmica é intensificada pelo fenômeno do viés de automação, analisado por Goddard et al. (2011), que leva os indivíduos a confiar excessivamente em sistemas automatizados. A recente utilização de inteligência artificial na produção de textos científicos, conforme relatado pelo C&EN (2025), levanta questões profundas sobre a redefinição da autoria, da validação e da autoridade epistemológica. Quando algoritmos passam a participar da fabricação do saber, as regras de veridicção tornam-se ainda mais difusas e concentradas em infraestruturas técnicas pouco transparentes.

A expansão das inteligências artificiais generativas introduziu uma mutação profunda nos regimes de produção da verdade, na medida em que amplia exponencialmente a capacidade de fabricar enunciados verossímeis, coerentes e tecnicamente refinados, sem qualquer compromisso necessário com a factualidade, a responsabilidade epistemológica ou a ética da informação. Diferentemente das formas clássicas de propaganda, boato ou manipulação discursiva, que dependiam de agentes humanos identificáveis e de circuitos relativamente delimitados de difusão, as IAs operam hoje em uma escala automatizada, acelerada e descentralizada, produzindo textos, imagens, vídeos e áudios capazes de simular, com alto grau de sofisticação, os traços formais da verdade.

Esse processo inaugura um regime específico de “verdades forjadas”, no qual a falsificação deixa de ser uma anomalia visível para tornar-se um componente estrutural do ecossistema informacional. Deepfakes, textos acadêmicos simulados, relatórios técnicos fabricados, imagens sintéticas hiper-realistas e narrativas artificiais são produzidos não apenas como fraudes pontuais, mas como dispositivos sistemáticos de influência, desinformação e governo dos afetos. A mentira, não se apresenta mais como ruptura evidente com a realidade, mas como continuidade plausível do discurso legítimo, mimetizando seus códigos, sua linguagem e suas formas de validação. O uso mal-intencionado das IAs intensifica, assim, a dissociação entre aparência de verdade e compromisso com a verdade. A eficácia dessas tecnologias não reside apenas em sua capacidade técnica de simulação, mas em sua inserção em uma economia política da atenção, marcada pela competição por visibilidade, engajamento e velocidade. Plataformas digitais privilegiam conteúdos que circulam rapidamente, que provocam reações emocionais imediatas e que se adaptam a lógicas algorítmicas de amplificação. Nesse ambiente, a veracidade torna-se um critério secundário diante da performatividade do enunciado: importa menos se algo é verdadeiro do que se é compartilhável, impactante e rentável.



Paralelamente, observa-se um enfraquecimento progressivo das disposições sociais associadas ao pensamento crítico, à verificação rigorosa e à suspensão reflexiva do juízo. A cultura da resposta imediata, da busca instantânea e da solução rápida produz sujeitos habituados a consumir informações sem mediação analítica, sem contextualização histórica e sem confronto de fontes. A IA, ao oferecer respostas fluentes, organizadas e aparentemente completas em poucos segundos, reforça essa disposição cognitiva orientada pela rapidez, pela conveniência e pela delegação do julgamento.

Nesse panorama, o exercício da dúvida, elemento central da racionalidade científica e filosófica, passa a ser percebido como obstáculo, atraso ou ineficiência. Questionar, investigar, comparar versões, examinar pressupostos torna-se uma prática dissonante em um ambiente estruturado pela urgência permanente. A ansiedade informacional, produzida pelo excesso de dados e pela pressão por atualização contínua, favorece a adesão acrítica a narrativas prontas, especialmente quando estas são oferecidas por sistemas percebidos como tecnicamente avançados, neutros ou “objetivos”.

A confiança depositada nas IAs tende, portanto, a deslocar-se do campo da ferramenta para o campo da autoridade. O algoritmo deixa de ser um meio auxiliar de pesquisa e passa a funcionar como instância legitimadora do saber. Quando uma resposta é gerada por um sistema sofisticado, treinado em grandes volumes de dados e apresentado como resultado de processos complexos, ela adquire automaticamente um estatuto de credibilidade, independentemente de sua consistência empírica. Forma-se, assim, um novo tipo de fetichismo tecnológico, no qual a complexidade técnica é confundida com verdade epistemológica.

A consequência mais profunda desse processo é a erosão dos critérios sociais de discernimento entre o verdadeiro, o provável, o falso e o manipulatório. À medida que as fronteiras entre produção humana e produção artificial se tornam opacas, e que os mecanismos de detecção se mostram insuficientes diante da sofisticação crescente das simulações, instala-se uma crise de verificabilidade. Não se trata apenas da dificuldade técnica de identificar fraudes, mas da perda coletiva das competências interpretativas necessárias para fazê-lo.

Essa crise não é apenas cognitiva, mas também política. Verdades forjadas operam como instrumentos de governo na medida em que orientam percepções, modulam afetos, produzem consensos artificiais e desorganizam a capacidade de ação coletiva informada. Ao fragmentar os referenciais comuns de realidade, a desinformação algorítmica enfraquece o espaço público, mina a confiança institucional e favorece estratégias autoritárias baseadas na confusão permanente. Ainda, o uso estratégico das IAs permite a personalização da mentira. Diferentemente das narrativas massivas do passado, as tecnologias atuais possibilitam a produção de versões adaptadas a perfis específicos, explorando vulnerabilidades emocionais, crenças prévias e predisposições ideológicas. A verdade forjada torna-se, assim, sob medida, ajustada aos desejos e medos de cada grupo ou indivíduo, o que reforça sua eficácia simbólica.

A impossibilidade crescente de detectar a verdade não decorre apenas da sofisticação técnica das falsificações, mas da transformação das próprias condições sociais do conhecimento. O problema não é apenas “falta de ferramentas”, mas enfraquecimento das práticas culturais de leitura crítica, argumentação, debate público qualificado e formação epistemológica. Quando a educação é precarizada, o tempo reflexivo é comprimido e a lógica da produtividade invade todas as esferas da vida, o pensamento crítico torna-se um luxo raro.

A ansiedade por respostas rápidas, por sua vez, não é um traço individual isolado, mas um efeito estrutural do capitalismo digital contemporâneo. A aceleração do trabalho, da comunicação e do consumo produz sujeitos permanentemente pressionados a decidir,



opinar e reagir sem tempo para compreender. Nesse ambiente, a IA aparece como solução mágica para a sobrecarga cognitiva, ao mesmo tempo em que aprofunda a dependência intelectual e a passividade interpretativa.

Assim, as verdades forjadas por meio das inteligências artificiais não se impõem apenas pela força da tecnologia, mas pela convergência entre dispositivos técnicos, estruturas econômicas, disposições subjetivas e fragilidades institucionais. Elas prosperam onde há pressa, desinformação, desconfiança difusa e empobrecimento do debate público.

Nesse panorama, as análises de Byung-Chul Han são particularmente elucidativas. Em *A sociedade da transparência*, o autor argumenta que a hiperexposição informacional não conduz à verdade, mas à saturação de sentidos, à dissolução da negatividade e ao esvaziamento da crítica. A transparência absoluta produz um regime em que tudo é visível, mas nada é verdadeiramente compreendido. A informação circula sem sedimentação reflexiva, favorecendo a proliferação de pseudo-verdades.

Zygmunt Bauman, em *Modernidade líquida*, já havia diagnosticado essa fragilização das referências sólidas. Na fluidez das relações sociais, as verdades tornam-se provisórias, negociáveis e descartáveis. A incerteza estrutural da modernidade tardia cria um terreno fértil para narrativas simplificadoras, conspiratórias ou dogmáticas, que oferecem segurança simbólica em meio à instabilidade. A mentira, nesse conjunto, funciona como abrigo identitário.

Nicholas Carr (2011), acrescenta a essa análise a dimensão cognitiva, ao mostrar como a internet reconfigura os modos de atenção e processamento da informação. A fragmentação constante dificulta a construção de argumentos complexos e favorece a adesão a enunciados imediatos e emocionalmente carregados. A economia da atenção torna-se, assim, parte integrante dos regimes de veridicção.

Retornando a Foucault, é importante lembrar que, em *A ordem do discurso*, o autor afirma que “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções” (Foucault, 1995, p. 14). Essa afirmação não implica relativismo absoluto, mas a recusa da ilusão transcendental da verdade. Reconhecer o caráter histórico e político do verdadeiro não significa abdicar da crítica, mas, ao contrário, radicalizá-la. Trata-se de interrogar permanentemente quem fala, a partir de onde, com quais interesses e por meio de quais dispositivos.

Bourdieu reforça essa exigência ao insistir na necessidade de uma reflexividade científica. Para ele, a produção do conhecimento deve incluir a análise das condições sociais de sua própria possibilidade. Sem essa vigilância epistemológica, a ciência corre o risco de reproduzir as hierarquias que pretende descrever. A mentira que se disfarça de verdade científica é, muitas vezes, efeito da naturalização dos privilégios simbólicos.

A articulação entre Foucault e Bourdieu permite, portanto, compreender que os regimes de veridicção operam simultaneamente no nível das instituições, dos discursos, das tecnologias e das disposições incorporadas. A verdade não se impõe apenas de fora, mas é interiorizada sob a forma de habitus, de esquemas perceptivos e avaliativos que orientam o julgamento cotidiano. A eficácia da dominação simbólica reside justamente nessa internalização. Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante diante do avanço das tecnologias de simulação, modelagem e visualização científica, como analisado por Doroshkevich et al. (1980) e Rovelli (2018). Mesmo nas ciências duras, a mediação técnica desempenha papel central na construção do real. Wigner (1960), já havia apontado o caráter enigmático da eficácia da matemática. Hoje, essa mediação é atravessada por interesses econômicos, políticos e militares, reforçando a dimensão estratégica da produção do verdadeiro. Ao mesmo tempo, as contribuições de Deleuze e Guattari permitem compreender esses processos como agenciamentos rizomáticos, nos quais



saber, poder, desejo e tecnologia se entrelaçam. A verdade não circula linearmente, mas se propaga por redes heterogêneas, produzindo efeitos imprevisíveis. A mentira que se torna verdade não é apenas imposta verticalmente, mas co-produzida por múltiplos atores.

Diante desse quadro, a distinção moral entre verdade e mentira revela-se insuficiente porque pressupõe sujeitos autônomos, plenamente informados e livres de coerções estruturais. Tal pressuposição ignora as assimetrias de poder, os dispositivos de visibilidade, as economias simbólicas e os condicionamentos cognitivos que moldam as crenças. A questão decisiva não é apenas se um enunciado é verdadeiro ou falso, mas quem detém o poder de fazê-lo circular como verdadeiro.

A crítica foucaultiana não propõe substituir uma verdade por outra, mas multiplicar os pontos de resistência, desestabilizar as evidências e abrir espaço para outros regimes de enunciação. Em *Microfísica do poder*, Foucault afirma que “onde há poder, há resistência” (Foucault, 2011, p. 14). A luta pela verdade é, nesse sentido, inseparável da luta política. Não se trata de restaurar uma verdade pura, mas de disputar permanentemente as condições de sua produção.

Compreender a mentira que nasce como verdade implica reconhecer que a veridicção é um campo de batalha. Nesse campo, instituições científicas, mídias, plataformas digitais, Estados, corporações e movimentos sociais disputam a definição do real. A tarefa crítica consiste em tornar visíveis essas disputas, desnaturalizar os mecanismos de legitimação e fortalecer práticas reflexivas capazes de resistir à violência simbólica. Igualmente, a análise articulada de Foucault e Bourdieu permite compreender que a verdade não é um espelho do mundo, mas um efeito histórico de dispositivos de poder e de lutas simbólicas. A mentira que se apresenta como verdade não é uma anomalia, mas um produto estrutural dos regimes de veridicção. Enfrentá-la exige não apenas apelos morais à honestidade, mas uma transformação profunda das condições sociais, institucionais e tecnológicas que governam o dizer verdadeiro.

## O IMPACTO SOCIAL DOS REGIMES DE VERIDICÇÃO

Se a mentira pode nascer como verdade é porque, antes de tudo, a verdade não é apenas um valor moral, mas uma força social. Ela organiza instituições, legitima decisões, distribui prestígio, orienta políticas públicas e modela subjetividades. O impacto social dos regimes de veridicção, isto é, dos sistemas que definem o que conta como verdadeiro, não se limita ao plano abstrato das ideias; ele atravessa a vida cotidiana, afeta vínculos familiares, redefine relações de confiança e molda o modo como as pessoas percebem a si mesmas e ao mundo.

Michel Foucault insistiu que a verdade não paira acima da sociedade como um tribunal neutro. Em *Microfísica do poder*, ele afirma que “cada sociedade tem seu regime de verdade” (Foucault, 2011, p. 12), ou seja, um conjunto de procedimentos, instituições e práticas que determinam quais discursos serão reconhecidos como legítimos. Quando esse regime se transforma, seja pela emergência de novas tecnologias, seja por crises políticas ou culturais, não muda apenas o conteúdo das crenças; muda a própria textura da experiência social. O que antes era evidente pode tornar-se suspeito, e o que era marginal pode ganhar centralidade.

O impacto social dessa mutação pode ser percebido, por exemplo, na proliferação contemporânea de teorias conspiratórias e narrativas negacionistas. Estudos como os de Dawson, Allen e Ditzel (2022), mostram que uma parcela significativa da população tende a desconfiar de consensos científicos consolidados. Branch (2018), observa que o terraplanismo, embora minoritário, revela um fenômeno mais amplo: a erosão da



confiança nas instituições científicas. Essa erosão não se explica apenas por ignorância, mas por transformações estruturais na circulação do saber e na autoridade simbólica.

Pierre Bourdieu ajuda a compreender esse fenômeno ao mostrar que a credibilidade não é um atributo intrínseco dos enunciados, mas um efeito do campo social em que são produzidos. Em *Os usos sociais da ciência*, ele demonstra que a ciência depende de instituições, redes de reconhecimento e capitais simbólicos que garantem sua autoridade (Bourdieu, 2004). Quando esses mecanismos são fragilizados ou deslegitimados, abre-se espaço para discursos alternativos que disputam o estatuto de verdade. O impacto social não reside apenas na existência de versões divergentes, mas na fragmentação do horizonte comum que permite a convivência democrática.

Essa fragmentação tem consequências humanas concretas. Em contextos de crise sanitária, por exemplo, a desconfiança em relação às vacinas pode resultar em doenças evitáveis; em contextos ambientais, o negacionismo climático pode retardar ações urgentes. A mentira que se apresenta como verdade deixa de ser apenas um problema teórico e torna-se uma questão de saúde pública, de justiça social e de sobrevivência coletiva. A verdade, aqui, não é um luxo intelectual; é uma condição de proteção da vida.

Ao mesmo tempo, o ambiente digital introduz novas camadas de complexidade. Gillespie (2010), corrobora que as plataformas digitais não são neutras; elas organizam a visibilidade dos discursos por meio de algoritmos opacos. Carr (2011), observa que a lógica fragmentada da internet altera a forma como pensamos e avaliamos informações. Estudos sobre viés de automação (Goddard et al., 2011), indicam que tendemos a confiar excessivamente em sistemas tecnológicos, mesmo quando estes podem reproduzir erros ou preconceitos. O impacto social, portanto, não é apenas cognitivo, mas afetivo: as pessoas constroem suas convicções em ambientes que reforçam crenças prévias, criando bolhas de confirmação.

Byung-Chul Han descreve essa condição como um estado de hipercomunicação que paradoxalmente gera isolamento. Em *No enxame*, ele argumenta que a multiplicação de vozes não conduz automaticamente ao diálogo, mas pode produzir ruído e polarização. A sociedade da transparência (Han, 2017), transforma a exposição em valor supremo, mas nem sempre fortalece a compreensão mútua. O impacto social manifesta-se na deterioração do espaço público: debates tornam-se confrontos, divergências convertem-se em antagonismos identitários.

Zygmunt Bauman, em *Modernidade líquida*, já havia antecipado essa fragilidade dos vínculos sociais. Em uma sociedade marcada pela fluidez e pela insegurança, as pessoas buscam certezas rápidas e comunidades de pertencimento imediato (Bauman, 2001). A mentira que se apresenta como verdade pode oferecer essa sensação de estabilidade simbólica. Ela fornece narrativas simples para problemas complexos, identifica culpados claros e promete soluções diretas. O impacto social reside na sedução dessa simplicidade.

Contudo, é preciso reconhecer também o impacto subjetivo desses regimes. Foucault mostrou, em *Vigiar e Punir*, que o poder não atua apenas reprimindo, mas produzindo sujeitos. A verdade sobre o “normal”, o “saudável” ou o “produtivo” molda a forma como as pessoas se avaliam e se governam. Em *Nascimento da biopolítica*, ele analisa como o neoliberalismo transforma o indivíduo em empreendedor de si mesmo. A verdade econômica torna-se critério de valor existencial. O impacto social, aqui, é íntimo: sentimentos de inadequação, ansiedade e competição permanente são efeitos de regimes de veridicção que naturalizam determinadas métricas de sucesso.

A confiança na inteligência artificial, analisada pelo relatório da KPMG e University of Melbourne (2025), ilustra uma nova etapa desse processo. À medida que sistemas automatizados participam da produção de decisões e textos científicos (C&EN,



2025), redefine-se o estatuto da autoridade. A pergunta “quem governa as regras de veridicção?” passa a incluir corporações tecnológicas e infraestruturas algorítmicas globais. O impacto social não é apenas técnico; é político e ético. Quando decisões que afetam vidas são mediadas por códigos invisíveis, a distância entre governantes e governados se amplia.

Entretanto, não se pode reduzir o impacto social a um diagnóstico pessimista. A própria análise crítica é uma forma de resistência. Foucault lembrava que onde há poder, há resistência (Foucault, 2011). A multiplicação de vozes também pode ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer movimentos sociais e democratizar a produção de saberes. A disputa pelos regimes de verdade é também uma disputa por justiça epistêmica.

Deleuze e Guattari (1995), discorrem de linhas de fuga que atravessam sistemas aparentemente fechados. No plano social, essas linhas podem ser vistas em iniciativas de educação crítica, em práticas jornalísticas independentes, em projetos científicos colaborativos e em redes de solidariedade. O impacto social dos regimes de veridicção não é unívoco; ele é campo de conflito, mas também de criação.

Humanizar essa discussão significa reconhecer que, por trás das categorias teóricas, há pessoas concretas tentando orientar suas vidas. A mãe que decide vacinar o filho, o trabalhador que confia ou desconfia de uma política pública, o estudante que aprende a distinguir fontes confiáveis, todos estão imersos em regimes de verdade que ultrapassam suas decisões individuais. A responsabilidade não recai apenas sobre sujeitos isolados, mas sobre as estruturas que organizam a circulação do saber. Assim, compreender o impacto social da mentira que nasce como verdade implica ir além da condenação moral. Exige examinar as condições que tornam possível sua credibilidade, fortalecer instituições transparentes, promover educação crítica e cultivar espaços de diálogo. A distinção entre verdade e mentira continua relevante, mas ela precisa ser acompanhada por uma análise das forças que governam o dizer verdadeiro. Somente assim será possível reconstruir horizontes comuns de confiança e sustentar formas de convivência que preservem a dignidade humana em meio à complexidade contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão recente das inteligências artificiais generativas introduziu uma mutação profunda nos regimes de produção da verdade. Ao ampliar exponencialmente a capacidade de fabricar enunciados verossímeis, coerentes, estilisticamente refinados e tecnicamente consistentes, esses sistemas deslocam radicalmente as fronteiras entre informação, simulação e ficção. Diferentemente das formas tradicionais de manipulação discursiva, que exigiam tempo, trabalho simbólico e investimento institucional, as IAs tornam possível a produção massiva e instantânea de conteúdos dotados de aparência científica, jornalística ou acadêmica, sem qualquer compromisso necessário com a factualidade, com a responsabilidade epistemológica ou com uma ética da informação. Logo, a verossimilhança passa a operar como critério substitutivo da verdade, e a forma adquire primazia sobre a verificação.

Essa transformação não representa apenas uma intensificação quantitativa da circulação de discursos, mas uma reconfiguração qualitativa das condições de veridicção. Ao automatizar a produção de narrativas plausíveis, as inteligências artificiais deslocam o eixo da credibilidade: já não é preciso dominar campos especializados, acumular capital simbólico ou submeter-se a longos processos de validação institucional para produzir



enunciados socialmente eficazes. A autoridade do discurso tende a se apoiar cada vez mais em sua fluidez, em sua adequação formal e em sua capacidade de responder rapidamente às expectativas cognitivas dos usuários. Com isso, o trabalho social da verdade torna-se opaco, diluído em infraestruturas técnicas que operam como caixas-pretas, invisibilizando seus critérios, limites e vieses.

Retomando a problemática central, como a mentira pode tornar-se verdade e como certas “verdades” podem nascer sem atravessar o estatuto de mentira, torna-se possível compreender o aforisma como a descrição de dois modos complementares de fabricação do real, hoje intensificados pelas tecnologias digitais e algorítmicas.

O primeiro modo é o da sedimentação. Pela repetição incessante, um enunciado torna-se familiar, perde seu caráter problemático, integra-se às rotinas informacionais e passa a compor o horizonte do senso comum. A circulação reiterada produz um efeito de evidência: quanto mais se vê, se ouve e se compartilha algo, mais plausível ele parece. Nesse processo, Bourdieu é decisivo ao demonstrar que a repetição só se converte em “verdade” quando encontra mecanismos de consagração e reconhecimento. Não basta circular: é necessário que a circulação seja convertida em capital simbólico, legitimada por agentes, instituições, plataformas e especialistas reconhecidos. A verdade sedimentada é, assim, o resultado de uma economia simbólica na qual certos discursos são valorizados, amplificados e naturalizados, enquanto outros são desqualificados ou marginalizados.

Não se trata, nesse caso, apenas de enganar indivíduos isolados, mas de impor classificações como evidências coletivas. A violência simbólica opera precisamente nesse ponto: transforma construções históricas e interesses situados em dados aparentemente naturais. A doxa emerge como terreno estabilizado, no qual a crítica se torna custosa, socialmente arriscada ou cognitivamente desgastante. Discordar passa a ser interpretado como ignorância, irracionalidade ou má-fé. No ambiente digital, esse processo é intensificado por algoritmos de recomendação, bolhas informacionais e métricas de engajamento, que transformam a repetição em critério prático de validade.

O segundo modo é o da produção originária do verdadeiro. Certos enunciados não chegam a ser reconhecidos como mentiras porque emergem já investidos de autoridade, ancorados em regimes históricos de veridicção. Foucault permite compreender que o verdadeiro não existe fora das práticas, dos dispositivos e das técnicas de poder-saber que o produzem. O que pode ser dito, investigado, comprovado ou descartado é regulado por instituições, protocolos, formatos discursivos e tecnologias de validação. Antes mesmo que um enunciado seja julgado, ele já foi filtrado por um campo de possibilidades que define sua inteligibilidade.

Nesse horizonte, a questão ética da mentira não desaparece, mas é deslocada. O problema não se limita a identificar quem mente, mas a interrogar os regimes de verdade nos quais se participa ao acreditar, compartilhar, validar ou refutar informações. Cada gesto informacional, clicar, repostar, curtir, citar, automatizar, inscreve-se em dispositivos de governo das condutas. A verdade torna-se, assim, um operador político e técnico de organização dos comportamentos, das crenças e das sensibilidades.

As inteligências artificiais generativas aprofundam esse segundo modo ao produzirem discursos que já nascem integrados aos regimes contemporâneos de credibilidade. Seus textos, imagens e análises são frequentemente percebidos como neutros, objetivos ou tecnicamente fundamentados, mesmo quando reproduzem vieses, erros ou simplificações. Ao se apresentarem como dispositivos “inteligentes”, deslocam a responsabilidade do enunciado para a máquina, reforçando a ilusão de uma verdade sem sujeito, sem conflito e sem história.



As implicações desse cenário são amplas e atravessam diferentes campos do saber. Para a crítica ideológica, torna-se evidente que a disputa política decisiva não se dá apenas no nível da correção factual, mas no controle das condições do verdadeiro e das credenciais de quem pode falar, interpretar e validar. O poder não reside apenas na capacidade de mentir, mas na de definir quais discursos merecem atenção, confiança e circulação.

Para os estudos da mídia, evidencia-se que a circulação não é neutra. Plataformas, interfaces, métricas e sistemas algorítmicos reorganizam a experiência do real, convertendo visibilidade em valor e repetição em critério de legitimidade. A informação deixa de ser apenas transmitida: ela é performada, ranqueada, modulada e monetizada. Assim, a distinção entre relevância e veracidade torna-se cada vez mais frágil.

Para a epistemologia social, reforça-se a compreensão de que a verdade depende de ecologias de confiança, de instituições estáveis e de procedimentos públicos de verificação. Esses elementos, porém, são progressivamente corroídos pela aceleração, pela fragmentação da atenção e pela automatização dos julgamentos cognitivos (Carr, 2011; Goddard et al., 2011). A validação tende a ser substituída por atalhos heurísticos, sinais de popularidade e marcadores superficiais de autoridade.

Como reflexão, é imprescindível reconhecer que, em tempos de modernidade líquida, a instabilidade das referências e a volatilidade dos vínculos favorecem a busca por certezas rápidas, narrativas prontas e identidades cognitivas consoladoras. Logo, o pertencimento pode substituir o argumento, a afinidade pode substituir a prova e a visibilidade pode substituir a demonstração (Bauman, 2001). A adesão a determinados discursos funciona, muitas vezes, como forma de proteção simbólica diante da complexidade e da incerteza. Isso não significa que a verdade tenha desaparecido, nem que tudo se reduza a opiniões equivalentes. Significa, antes, que a luta pela verdade é inseparável da luta por instituições confiáveis, por métodos rigorosos e por condições públicas de verificação. Defender a verdade implica defender também os dispositivos sociais que tornam possível investigá-la, contestá-la e revisá-la.

O aforisma desloca o debate do moralismo sobre “mentirosos” para uma crítica das máquinas sociais de verificação. Ele convida a interrogar aquilo que faz uma proposição aparecer como evidência, aquilo que sustenta sua circulação e aquilo que permite que a crítica exista, seja ouvida e seja reconhecida. Ao fazê-lo, revela que a verdade não é apenas um problema lógico ou moral, mas uma construção histórica, política, técnica e afetiva, permanentemente atravessada por disputas, assimetrias e formas de poder.



## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2001.

BERNARDEAU, Francis et al. Large-scale structure of the Universe and cosmological perturbation theory. Physics reports, v. 367, n. 1-3, p. 1-248, 2002. Disponível em:<<https://arxiv.org/pdf/astro-ph/0112551>>. Acesso 23/02/2025

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. São Paulo: UNESP, 2004.

BRANCH, Glenn. Do people really think the Earth might be flat? Scientific American, New York, 2018. Disponível em:<<https://www.scientificamerican.com/blog/observations/do-people-really-think-earth-might-be-flat/>>. Acesso 12/10/2025

BRANCH, Glenn. Flat-Earthy, British style. Scientific American, New York, 2019. Disponível em:<<https://www.scientificamerican.com/blog/observations/flat-earthery-british-style/>>. Acesso 12/10/2025

CARR, Nicholas. A geração superficial: o que a internet está fazendo com nossos cérebros. Rio de Janeiro: Agir, 2011.

CHEMICAL & ENGINEERING NEWS (C&EN). Researchers use generative AI to write scientific papers. Washington, DC: American Chemical Society, 2025. Disponível em:<<https://cen.acs.org>>. Acesso 07/02/2026

DAWSON, Douglas; ALLEN, Justin; DITZEL, Lauren. Conspiracy vs. science: a survey of U.S. public beliefs. Durham: Carsey School of Public Policy, University of New Hampshire, 2022. Disponível em:<<https://carsey.unh.edu/publication/conspiracy-vs-science-survey-us-public-beliefs>>. Acesso 12/10/2025

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Editora Paz e Terra, 2018.

DELEUZE, Gilles. Nietzsche et la philosophie. Paris: Press Universitaires de France, 1962.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELORENZI, Liliane Barros Oliveira et al. A mídia em sala de aula: o papel do professor de letras diante da inserção das TIC nas práticas escolares. 2017, p.72-77. Disponível em:<<https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/25193/Liliane%20Barros%20Oliveira%20Delorenzi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso 29/06/2023

DESMURGET, Michel. A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças. Editora Vestígio; 1ª edição (20 setembro 2021).



DOROSHKEVICH, A. G. et al. Two-dimensional simulation of the gravitational system dynamics and formation of the large-scale structure of the universe. *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society*, v. 192, n. 2, p. 321-337, 1980. Disponível em:<<https://adsabs.harvard.edu/pdf/1980MNRAS.192..321D>>. Acesso 23/02/2025

EMERY, N.; et al. Vaccine hesitancy across the world in the era of COVID-19. *Vaccines*, Basel, v. 10, n. 9, p. 1–14, 2022. Disponível em:<<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9558181/>>. Acesso 06/02/2026

ETO – EMERGING TECHNOLOGY OBSERVATORY. The state of global AI research. Washington, DC: Georgetown University, 2022. Disponível em:<<https://eto.tech>>. Acesso 07/02/2026

FOUCAULT, M. (1977). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Vintage Books.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of ‘platforms’. *New media & society*, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GODDARD, Kate et al. Automation bias: a systematic review. *Theoretical Issues in Ergonomics Science*, v. 13, n. 1, p. 1–24, 2011.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade da transparência*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Editora Vozes Limitada, 2018.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: Neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.

HEIDEGGER, Martin. *Kant y el problema de la metafísica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Col. Multilíngues de Filosofia Unicamp. 1ª reimpressão. Trad. Fausto Castilho. 2014.



KAHNEMAN, Daniel. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KPMG; UNIVERSITY OF MELBOURNE. Trust, attitudes and use of artificial intelligence: a global study. Melbourne: KPMG, 2025. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmgsites/xx/pdf/2025/05/trust-attitudes-and-use-of-ai-global-report.pdf>>. Acesso 07/02/2026

LAW, M. C.; et al. Global COVID-19 vaccine hesitancy among elderly: a systematic review and meta-analysis. Scientific Reports, London, v. 14, p. 1–12, 2024. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2590136224001578>>. Acesso 06/02/2026

McKINSEY & COMPANY. The State of AI in 2024. New York: McKinsey, 2024. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com>>. Acesso 07/02/2026

McKINSEY & COMPANY. The state of AI in 2024. New York: McKinsey, 2024. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com>>. Acesso 07/02/2026

MENGISTU, D. A.; et al. Global COVID-19 vaccine acceptance rate: a systematic review and meta-analysis. Frontiers in Public Health, Lausanne, v. 10, p. 1–13, 2022. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2022.1044193>>. Acesso 06/02/2026

POURRAZAVI, S.; et al. COVID-19 vaccine hesitancy: a systematic review. Public Health, London, v. 219, p. 1–10, 2023. Disponível em: <<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10257562/>>. Acesso 06/02/2026

POURRAZAVI, S.; et al. COVID-19 vaccine hesitancy: a systematic review. Public Health, London, v. 219, 2023. Disponível em: <<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10257562/>>. Acesso 06/02/2026

ROVELLI, C. The Order of Time. New York: Riverhead Books, 2018.

ROVELLI, Carlo. A ordem do tempo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. WIGNER, Eugene. The unreasonable effectiveness of mathematics in the natural sciences. Communications on Pure and Applied Mathematics, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-14, 1960.

ROVELLI, Carlo. A realidade não é o que parece: a estrutura elementar das coisas. Objetiva, 2017.

ROVELLI, Carlo. Buracos brancos. OBJETIVA, 2023.

ROVELLI, Carlo. Loop quantum gravity. Living reviews in relativity, v. 11, p. 1-69, 2008. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.12942/lrr-2008-5.pdf>>. Acesso 30/01/2025

ROVELLI, Carlo. L'ordine del tempo. Adelphi Edizioni spa, 2017.



ROVELLI, Carlo. Reality is not what it seems: The journey to quantum gravity. Penguin, 2018.

ROVELLI, Carlo. Sete breves lições de física. Objetiva, 2015.

SCIENCE. One-fifth of computer science papers may include AI-generated text. Washington, DC: American Association for the Advancement of Science, 2024. Disponível em: <<https://www.science.org>>. Acesso 07/02/2026

SILVA, Ergon Cugler de Moraes; et al. The “global” deception: flat-earth conspiracy theory between science and fiction. Humanities, Basel, v. 8, n. 2, p. 1–17, 2024. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2313-5778/8/2/32>>. Acesso 12/10/2025

YOUGOV. Survey on beliefs about the Earth’s shape. London: YouGov, 2018. Apud: SCIENCEALERT. One-third of millennials believe in the flat Earth conspiracy. Disponível em: <<https://www.sciencealert.com/one-third-millennials-believe-flat-earth-conspiracy-statistics-yougov-debunk>>. Acesso 12/10/2025